

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA,
DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

Pelo presente instrumento particular, as partes:

(a) **COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, km 2,5, parte, inscrita no CNPJ/MF n.º 04.172.213/0001-51, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DTVM**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"),

e, na qualidade de interveniente garantidora,

(c) **CPFL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente primeiro aditamento ("Aditamento") ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Da Espécie Subordinada, da Companhia Piratininga de Força e Luz" ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente Aditamento tem por objetivo alterar algumas das disposições da Escritura de Emissão, conforme descritas na Cláusula Quarta deste Aditamento, de forma a refletir a

MM

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



taxa final de remuneração das Debêntures, conforme definida em procedimento de *bookbuilding*.

Cláusula Segunda – DA AUTORIZAÇÃO

O presente Aditamento é celebrado conforme deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 03 de fevereiro de 2006 (“RCA”).

Cláusula Terceira – DA AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

3.1. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula Quinta da Escritura de Emissão.

Cláusula Quarta – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

4.1. De forma a contemplar a taxa final dos juros remuneratórios das Debêntures, conforme definida em procedimento de *bookbuilding* conduzido pelos coordenadores da oferta pública das Debêntures e ratificada por deliberação da RCA (“Remuneração”), a Emissora e o Agente Fiduciário deliberaram alterar a Cláusula Primeira e os itens 2.2. e 4.9. da Escritura de Emissão, os quais passarão a vigorar com as seguintes novas redações:

“Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

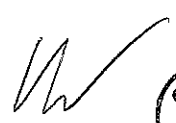
1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização (i) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 06 de janeiro de 2006 (a “Primeira RCA”), e (ii) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 03 de fevereiro de 2006 (a “Segunda RCA”, referida em conjunto com a Primeira RCA como as “RCAs”), nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a “Lei das Sociedades por Ações”).”;

“2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas das RCAs

2.2.1. A ata da Primeira RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP (“JUCESP”) em 16 de janeiro de 2006, sob n.º 24.603/06-5, e publicada no Diário do Estado de São Paulo em 21 de janeiro de 2006 e nos jornais Correio Popular e Valor Econômico, em 23 de janeiro de 2006.

HCA







2.2.2. A ata da Segunda RCA será arquivada na JUCESP e publicada no Diário do Estado de São Paulo e nos jornais Correio Popular e Valor Econômico, nos termos da legislação em vigor.”;

“4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 104% (cento e quatro por cento) da acumulação das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a “Taxa DI”), conforme definida em procedimento de *bookbuilding* conduzido pelos coordenadores da Oferta e ratificada pelo Conselho de Administração da Emissora (a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1),$$

onde:

- J = valor da Remuneração a ser pago nas datas previstas abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; e
- FatorDI = produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

P = Percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo."

4.2. As Partes decidiram, ainda, renumerar o item 7.12. da Escritura de Emissão, o qual passará a vigorar como item 7.11., sem qualquer alteração em sua redação.

**Cláusula Quinta – DAS RATIFICAÇÕES E DA CONSOLIDAÇÃO
DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

5.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas pelo presente Aditamento, sendo que segue abaixo a versão consolidada da Escritura de Emissão, após implementadas as alterações referidas Cláusula Quarta acima:

**“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDI-
NADA,
DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, km 2,5, parte, inscrita no CNPJ/MF n.º 04.172.213/0001-51, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DTVM**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"),

e, na qualidade de interveniente garantidora,

(c) **CPFL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora");

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Da Espécie Subordinada, da Companhia Piratininga de Força e Luz” (respectivamente, “Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”), contendo as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização (i) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 06 de janeiro de 2006 (a “Primeira RCA”), e (ii) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 03 de fevereiro de 2006 (a “Segunda RCA”, referida em conjunto com a Primeira RCA como as “RCAs”), nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a “Lei das Sociedades por Ações”).

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), na forma da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada pelas Leis n.º 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303 de 31 de outubro de 2001 (a “Lei das Sociedades por Ações”), a Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme posteriormente alterada (“Instrução CVM n.º 400/03”), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA

2.2.1. A ata da Primeira RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP (“JUCESP”) em 16 de janeiro de 2006, sob n.º 24.603/06-5, e publicada no Diário do Estado de São Paulo em 21 de janeiro de 2006 e nos jornais Correio Popular e Valor Econômico, em 23 de janeiro de 2006.

2.2.2. A ata da Segunda RCA será arquivada na JUCESP e publicada no Diário do Estado de São Paulo e nos jornais Correio Popular e Valor Econômico, nos termos da legislação em vigor.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança da Garantidora

Em virtude da fiança a que se refere o item 4.16. da Cláusula Quarta abaixo, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID"), no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de concessão do registro da Emissão pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, conforme promulgado por esta entidade em Assembléia Geral realizada em 22 de setembro de 2005 ("Código ANBID").

2.6. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas (i) para colocação no mercado primário, no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), sendo a integralização das Debêntures neste caso liquidada pela CETIP e ou no Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"), sendo a integralização das Debêntures neste caso liquidada pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (ii) para negociação no mercado secundário, no Sistema Nacional de Debêntures ("SND") operacionalizado pela CETIP, com os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP e/ou no BOVESPA FIX, administrado pela BOVESPA, com os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries



A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de Reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão") observado o disposto no item 3.2.2. abaixo.

3.2.2. De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos investidores, para aquisição das Debêntures, à época da realização da colocação das Debêntures, a Emissão (i) poderá ser aumentada por lote suplementar, a critério das instituições financeiras coordenadoras da Emissão ("Coordenadores"), equivalente a até 15% (quinze por cento) do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, nos termos do artigo 24, da Instrução da CVM nº 400/03 ("Lote Suplementar") e (ii) poderá ser aumentada, a exclusivo critério da Emissora, em montante que corresponda a, no máximo, 20% (vinte por cento) do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, nos termos do artigo 14, da Instrução da CVM nº 400/03 ("Quantidade Adicional"). Sem prejuízo do disposto nos itens 3.2.2.1. e 3.2.2.2. abaixo, quaisquer Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Debêntures objeto da Emissão.

3.2.2.1. Conforme estipulado no Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures da 1ª Emissão da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Contrato de Distribuição"), caso os Coordenadores decidam exercer a opção por Lote Suplementar, deverão previamente enviar comunicação, por escrito, à Emissora neste sentido, a qual decidirá, em comum acordo com os Coordenadores, sobre a conveniência da opção pelo Lote Suplementar. As Debêntures objeto do Lote Suplementar serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação.

3.2.2.2. Caso a Emissora decida exercer sua opção de emitir uma Quantidade Adicional de Debêntures, os Coordenadores poderão avaliar a possibilidade de realizar a colocação das Debêntures objeto da Quantidade Adicional sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do Contrato de Distribuição.

3.2.2.3. Caso seja decidido o exercício do Lote Suplementar e/ou da Quantidade Adicional, o Conselho de Administração da Emissora ratificará tal procedimento e a presente Escritura de Emissão será aditada.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures, observado o disposto no item 3.2.2. acima.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para adequar o perfil econômico-financeiro da Emissora, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar o refinanciamento de dívidas de curto prazo.

3.5. Limite da Emissão

Por serem as Debêntures da espécie subordinada, a Emissão não está sujeita aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a primeira emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação dos Coordenadores, por meio dos sistemas SDT e/ou BOVESPA FIX, com observância do Plano de Distribuição estabelecido pelos Coordenadores.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de janeiro de 2006 (a "Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (o "Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Banco Mandatário. Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos" acompanhado de extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, esta emitirá extrato de custódia em nome do titular da Debênture.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie subordinada e contarão com a garantia referida no item 4.16 abaixo.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata tempore* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à CBLC, conforme o caso.

4.7. Prazo de Vencimento



As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de janeiro de 2011 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

O Valor Nominal Unitário será pago em duas parcelas de igual valor, a primeira a ser paga em 01 de janeiro de 2010 e a segunda na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 104% (cento e quatro por cento) da acumulação das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a "Taxa DI"), conforme definida em procedimento de *bookbuilding* conduzido pelos coordenadores da Oferta e ratificada pelo Conselho de Administração da Emissora (a "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1),$$

onde:

J = valor da Remuneração a ser pago nas datas previstas abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; e



FatorDI = produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

P = Percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.1.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, inclusive e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.1.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.9.1.6. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.1.7. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial da Remuneração, devendo as Debêntures ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata tempore*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro. As Debêntures adquiridas nos termos deste item (i) serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a próxima repactuação das condições das Debêntures, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora (a) todos os Debenturistas receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.9.2. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de julho de 2006 e o último, na Data de Vencimento (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). Farão jus à Remuneração, aqueles titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Repactuação e Resgate

As Debêntures não serão objeto de repactuação e/ou resgate antecipado programados.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

MA




Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP e enviados à CVM.

4.12. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata tempore*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser recolocadas no mercado.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata tempore*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (i) seja validamente comprovado pela Companhia que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (ii) for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- b) pedido por parte da Emissora e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora e/ou a Garantidora formular pedido de autofalência;
- c) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora;



- d) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento original;
- e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- f) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Emissora é titular nos termos do Contrato de Concessão n.º 009/2002, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 23 de setembro de 2002;
- g) realização de redução de capital social da Emissora e/ou da Garantidora após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento das Debêntures;
- h) observado o disposto no item 4.13.1.3. abaixo, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto se tais operações forem previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, sendo que, nesse caso, não será admitida a opção de dispensa de realização de Assembléia Geral de Debenturistas, conforme previsto no § 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações (ou seja, não será dispensada a realização da Assembléia Geral de Debenturistas ainda que seja assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, por um período mínimo de 6 (seis) meses, o resgate das Debêntures);
- i) observado o disposto no item 4.13.1.3. abaixo, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Garantidora, exceto se tais operações forem previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, sendo que, nesse caso, não será admitida a opção de dispensa de realização de Assembléia Geral de Debenturistas, conforme previsto no § 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações (ou seja, não será dispensada a realização da Assembléia Geral de Debenturistas ainda que seja assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, por um período mínimo de 6 (seis) meses, o resgate das Debêntures);
- j) alteração do atual controle direto ou indireto da Emissora sem prévia aprovação



dos Debenturistas reunidos em Assembléia especialmente convocada para esse fim, exce-
tuadas as seguintes hipóteses: (i) transferência do controle direto ou indireto da Emissora
para a Garantidora e (ii) alteração do controle direto ou indireto da Emissora desde que,
após a conclusão da referida operação, a Votorantim Energia S.A., a Bradespar S.A., a
Camargo Corrêa Energia S.A. e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do
Brasil – Previ mantenham, direta ou indiretamente, o controle da Emissora, observado
que, nessa hipótese, o controle direto ou indireto deve ser exercido por no mínimo duas
das entidades mencionadas acima. Para os fins deste item, aplica-se, na definição de con-
trole, o disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

k) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a E-
missora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura
de Emissão, ficando estabelecido que o disposto neste item não prejudica o disposto no
subitem (b) deste item 4.13.1.;

l) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a
Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escri-
tura de Emissão;

m) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantido-
ra e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta)
dias corridos;

n) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora,
de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita, no mercado local ou internacio-
nal em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões
de reais), ressalvada a hipótese da Emissora e/ou Garantidora, por meio de qualquer me-
dida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento
antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia
ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;

o) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado
contra a Emissora e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R\$
25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moe-
das no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento; ou

p) não observância pela Emissora por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes
índices e limites financeiros, os quais serão calculados pelo Agente Fiduciário, com base



nas informações financeiras dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

- (i) relação entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA da Emissora menor ou igual a 3,00 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como “Dívida Líquida” o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Emissora. Estão excluídos deste cálculo as operações de hedge, dívida com a Fundação Cesp (“Funcesp”), RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária / Parcela A (“RTE”) e CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela “A” – Portaria Interministerial 116 (adiamento da compensação de variações de valores da Parcela A no período de 8 de Abril de 2003 a 7 de Abril de 2004) (“CVA”), e considera-se como “EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre. Estão excluídos deste cálculo as receitas efetivamente originadas por conta de RTE e CVA e a amortização dessas despesas; e
- (ii) relação entre EBITDA da Emissora e Resultado Financeiro da Emissora maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como “Resultado Financeiro” da Emissora, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de RTE, CVA, Funcesp, bem como variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil).

4.13.1.1. Os eventos a que se referem os subitens (a), (e), (m) e (o) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, após o final do prazo de 30 (trinta) dias neles referidos.



4.13.1.2. O valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) a que se referem os itens (a), (n) e (o) não será reajustado ou corrigido.

4.13.1.3. Sem prejuízo do disposto nos subitens (h) e (i) do item 4.13.1. acima e da Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, conforme posteriormente alterada (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”), não ensejarão o vencimento antecipado das Debêntures as seguintes operações de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora, as quais poderão ser realizadas sem prévia autorização dos Debenturistas:

- (i) para os fins do artigo 231, da Lei das Sociedades por Ações, a integralização das Debêntures acarretará a imediata aprovação, por parte de seus titulares, de qualquer operação de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora que tenha como fim específico o processo de desverticalização, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Dessa maneira, na hipótese de tal operação, não será realizada Assembleia Especial de Debenturistas para a sua aprovação prévia, nem tampouco será exigido o resgate de Debêntures por parte da Emissora, de que tratam o artigo 231, e seu § 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e
- (ii) para os fins do § 3º do artigo 174, da Lei das Sociedades por Ações, a integralização das Debêntures acarretará a imediata aprovação, por parte de seus titulares, de qualquer operação de redução de capital envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora que tenha como fim específico o processo de desverticalização, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Dessa maneira, na hipótese de tal operação, não será realizada Assembleia Especial de Debenturistas para a sua aprovação prévia.

4.13.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas (b), (c), (d), (f), (m) (n) e/ou (o) do item 4.13.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do fato e imediatamente declarar o vencimento antecipado das Debêntures, por meio de notificação enviada à Emissora, nos termos da Cláusula Nona abaixo; e (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (a), (e), (g), (h), (i), (j), (k), (l), e/ou (p) do item 4.13.1. acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.13.3. abaixo se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (c), (d), (f), (m) (n) e/ou (o) do item 4.13.1. acima acarretará no vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (a), (e), (g), (h), (i), (j), (k), (l) e/ou (p) do item 4.13.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Especial de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que na hipótese de segunda convocação o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

4.13.4. Na Assembleia de Debenturistas mencionada no item 4.13.3. acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.5. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia de Debenturistas mencionada no item 4.13.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.13.4. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata tempore*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Vencimento Antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.14. abaixo.

4.14. Multa e Juros Moratórios



Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Garantia

4.16.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

4.16.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.16.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.16.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

4.16.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item 4.16.

4.16.6. A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.16.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.16.8. A Garantidora declara que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da fiança ora estabelecida e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a fiança ora outorgada constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Garantidora ou qualquer de seus controladores seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

4.16.9. Nas hipóteses de ocorrência, com relação à Garantidora, de qualquer dos eventos a que se refere o item 4.13. acima, o Agente Fiduciário requererá a substituição da fiança ora prestada, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação solicitando a substituição.

4.16.10. Na hipótese a que se refere o item 4.16.9. acima, a fiança da Garantidora somente poderá ser substituída por fiança bancária, outorgada em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira com classificação de risco em escala nacional equivalente a, no mínimo, "AA", conferida pela Standard & Poor's, Moodys América Latina e/ou Fitch Ratings.

4.16.11. Exceto na hipótese de que trata o item 4.16.10. acima, a substituição da Garantidora estará sujeita à prévia aprovação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

4.16.12. A fiança de que trata este item foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, conforme prevê o artigo 18, alínea (u) do seu Estatuto Social, realizada em 06 de janeiro de 2006.

4.16.13. A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos em razão da Emissão.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou CBLC. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou CBLC terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo e/ou na Cidade de Campinas, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade



Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados na forma de avisos nos mesmos jornais em que a Emissora publica as informações societárias, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Correio Popular de Campinas e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros trimestrais que não estiverem disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos que não estiverem disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iii) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (iv) as informações pertinentes à Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19. acima;
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento; e



- (vii) informações sobre qualquer alteração na classificação de risco atribuída à presente emissão ou à Emissora, bem como o início de qualquer processo de revisão dessas notas de classificação de risco.
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (j) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

- (k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário, agência de *rating* e sistemas de negociação no mercado secundário (SND e BOVESPA FIX);
- (l) manter atualizada, pelo menos anualmente e durante todo o prazo de vigência das Debêntures, a classificação de risco (*rating*) das mesmas, divulgando ou permitindo que agência de classificação de risco divulgue as súmulas de classificação de risco das referidas Debêntures;
- (m) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços de distribuição de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão; e
- (o) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1. (m) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem;



- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S/A DTVM, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (k) verificou a regularidade da constituição da fiança descrita no item 4.16 da na Cláusula Quarta, e com base no balanço patrimonial da Garantidora de 31 de dezembro de 2004 e de 30 de setembro de 2005, descritos a seguir, foi observada a sua suficiência e sua exeqüibilidade, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM n.º 28/83.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:



a) parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo o primeiro pagamento devido na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos posteriores;

b) as parcelas citadas na alínea "a" supra, serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado *pro rata tempore*, se necessário.

c) os honorários do Agente Fiduciário serão devidos mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e,

d) os honorários serão acrescidos de (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na BOVESPA e na CETIP; e
 - e. nas instituições financeiras responsáveis pela colocação das Debêntures.
- (m) publicar, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à BOVESPA e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informa-

ções; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à BOVESPA e à CETIP;

- (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (s) verificar se a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, elaborada pela agência de classificação de risco, foi atualizada ao menos anualmente, bem como se as versões atualizadas foram divulgadas ao mercado, devendo encaminhar cópia de eventuais atualizações à ANBID, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a respectiva divulgação.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembléia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13. acima. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora a-vençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata tempore*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais de Debenturistas, sendo admitida à constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures, excetuada a hipótese de que trata o item 4.9.1.7. acima, ou às datas de pagamento da Remuneração, (ii) ao prazo de vencimento das Debêntures e/ou (iii) aos eventos de vencimento antecipado previstos no item 4.13. desta Escritura de Emissão, excetuada a hipótese de que trata o item 4.13.4. acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.11. A definição de nova taxa de remuneração para as Debêntures, nos termos do item 4.9.1.7. acima e a renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13.4. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, bem como toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão e não expressamente mencionada no item 7.10. acima, inclusive a renúncia, alteração ou revisão dos Índices e Limites dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (ii) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (iii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (iv) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (vi) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, 30 de setembro de 2004 e 30 de setembro de 2005 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) os prospectos preliminar e definitivo referente às Debêntures (em conjunto, "Prospecto") conterão, todas as informações relevantes em relação à Emissora e suas controladas, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e de suas controladas, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas, riscos mais relevantes e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora, a Garantidora ou suas controladas são verdadeiras, consistentes e corretas;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e/ou em suas contratadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, executável de acordo com os seus termos e condições.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia Piratininga de Força e Luz
Rodovia Campinas Mogi-Mirim, km 2,5-Parte
Campinas – SP
At.: Sr. José Antonio de Almeida Filippo
Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (19) 3756-8700
Fac-símile: (19) 3756-8075
Correio Eletrônico: jfilippo@cpfl.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S/A DTVM



Av. das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514
Barra da Tijuca
Rio de Janeiro – RJ
At.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: mribeiro@pentagonotruster.com.br

Para a Garantidora

CPFL Energia S.A.
Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402,
São Paulo – SP
At.: Sr. José Antonio de Almeida Filippo
Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (19) 3756-8704
Fac-símile: (19) 3756-8777
Correio Eletrônico: jfilippo@cpfl.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriurador:

Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2º andar
Osasco - Brasil
At.: Sr. Airton Abel Galvão e Sr. José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684-5133
Fac-símile: (11) 3684-2714
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4 A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

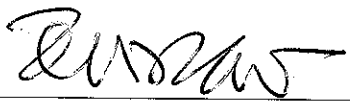
Cláusula Onze – DO FORO


11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.”

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.


São Paulo, 03 de fevereiro de 2006.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ


Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO
Cargo: Diretor Vice-Presidente Financeiro



Nome: WILSON P. FERREIRA JR.
Cargo: Diretor - Presidente


PENTÁGONO S/A DTVM


Nome: ~~Marcelo~~ MARCELO DACOSTA RIBEIRO
Cargo: PROCURADOR

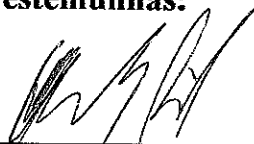
Nome:
Cargo:

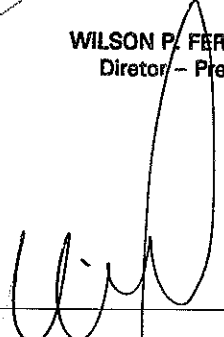
CPFL ENERGIA S.A.


Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO
Cargo: Diretor Vice-Presidente Financeiro


Nome: WILSON P. FERREIRA JR.
Cargo: Diretor - Presidente

Testemunhas:


Nome: Carlos Wilson Silva Ribeiro
CPF: 992 522 527-20
Diretor de Finanças Corporativas


Nome: Márcio de Almeida Libanio
CPF: 773091708-49
Gerente de Mercado de Capitais

